

DESAFIOS NA RETERRITORIALIZAÇÃO DE INDÍGENAS E CAMPONESES NO RESERVATÓRIO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE-PA: A LUTA POR ESCOLAS RIBEIRINHAS

José Antônio Magalhães MARINHO¹

Josefa de Oliveira Câmara da SILVA²

RESUMO

Após remoção compulsória para a construção da hidrelétrica Belo Monte, indígenas e camponeses que se reproduziam nas margens e ilhas do médio rio Xingu passaram a lutar pelo retorno às localidades de onde foram expulsos. Nesse processo de luta por frações do território, uma das dimensões que emergiu foi a luta por escolas ribeirinhas que haviam sido demolidas no quadro de construção da hidrelétrica. Objetiva-se nesse trabalho compreender essa dimensão da luta dos grupos ribeirinhos, considerando a organização social e as interações políticas estabelecidas nesse processo. Para isso, foram privilegiados procedimentos de pesquisa qualitativa, como levantamento e análise de material bibliográfico e documental, além de entrevistas semiestruturadas. Entre os resultados indica-se a conquista de três escolas ribeirinhas no reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte como decorrência da atuação do Conselho Ribeirinho, organização formada por representantes das comunidades atingidas no âmbito das lutas sociais por direitos territoriais, incluindo direito à educação.

Palavras-chave: Conselho Ribeirinho. Escolas Ribeirinhas. Hidrelétrica Belo Monte.

¹ Docente na Faculdade de Geografia, *campus* de Altamira, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília (UnB).

CHALLENGES IN THE RETERRITORIALIZATION OF INDIGENOUS PEOPLE AND PEASANTS IN THE BELO MONTE-PA HYDROELECTRIC RESERVOIR: THE FIGHT FOR RIPARIAN SCHOOLS

ABSTRACT

After the compulsory removal for the construction of the Belo Monte hydroelectric, indigenous people and peasants who reproduced on the banks and islands of the middle Xingu River began to fight for the return to the places from where they were expelled. In this process of fighting for fractions of the territory, one of the dimensions that emerged was the struggle for riverside schools that had been demolished as part of the construction of the hydroelectric. The objective of this research is to understand this dimension of the riparian groups' struggle considering the social organization and the political interactions established in this process. To this end, qualitative research procedures were privileged, such as survey and analysis of bibliographic and documental material, in addition to semi-structured interviews. Among the results is the conquest of three riparian schools in the main reservoir of the Belo Monte hydroelectric as a result of the actions of the Riparian Council, an organization formed by representatives of the affected communities in the scope of social struggles for territorial rights, including the right to education.

Keywords: Riparian Council. Riparian Schools. Belo Monte Hydroelectric.

1 INTRODUÇÃO

Em 2010, o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) liberou a instalação da hidrelétrica Belo Monte no médio rio Xingu, no estado do Pará, apesar de divergências em relação à viabilidade do projeto. O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), um dos movimentos sociais de resistência à construção da hidrelétrica, questionou tal licença ambiental, argumentando que pontos centrais em relação aos impactos da obra ainda não estavam esclarecidos. Mas a pressão política do governo federal teria sido determinante para a efetivação do grande projeto, mesmo sem se prever com segurança, por exemplo, o que aconteceria com os peixes num trecho de mais de 100 km de rio e, conseqüentemente, com indígenas e camponeses que historicamente usavam a ictiofauna no processo de reprodução social.

Vale destacar que apesar de a hidrelétrica Belo Monte não ter alagado nenhuma Terra Indígena (TI) no rio Xingu, tal hidrelétrica alterou drasticamente o fluxo natural do rio a jusante de seu barramento principal, atingindo, nesse sentido, a Terra Indígena (TI) Paquiçamba, do povo Juruna, e a TI Arara da Volta Grande do povo Arara. A montante desse barramento, onde se formou o reservatório principal da hidrelétrica, apesar de não existir TI, moravam indígenas Juruna, Kuruaya, Arara, Xipayá, Kayapó que também foram atingidos pelo alagamento decorrente do grande projeto hidrelétrico.

A remoção compulsória dos grupos sociais que viviam em comunidades no beiradão³ (ilhas e margens) do médio rio Xingu, no trecho em que se formaria o reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte, intensifica-se a partir de 2012. Com isso, centenas de famílias ribeirinhas (ou beiradeiras como também são conhecidas) foram retiradas de frações do território⁴ onde se reproduziam historicamente, tecendo relações sociais e se apropriando da natureza exterior através de conhecimentos construídos ao longo de gerações.

O destino dessas famílias ribeirinhas foi variado. Uma parte foi indenizada em dinheiro pelo consórcio Norte Energias S.A (NESA), empresa concessionária da hidrelétrica. Outra parte

³ No médio rio Xingu, o termo beiradão (área ribeirinha, campo) é muito usado entre indígenas e camponeses, sendo uma espécie de par do termo rua (cidade).

⁴ Entende-se que “o território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)materialidade está tanto no resultado-produto como na condição-devir” (Saquet, 2015, p. 45).

foi para assentamentos criados por essa empresa e outros, ainda, receberam cartas de crédito, espécie de tratamento em que os próprios atingidos tinham de buscar terras legalizadas passíveis de aquisição. O processo de reconhecimento e enquadramento das famílias nessas formas de tratamento foi bastante problemático para os atingidos, devido à inépcia da empresa em reconhecer os ribeirinhos que efetivamente tinham um modo de vida e um pertencimento atrelados ao rio.

Assim, centenas de famílias ribeirinhas passaram a residir na cidade de Altamira. Uma parte nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) criados pela NESA e outra parte em bairros periféricos que, assim como os RUCs, eram distantes do rio Xingu. Outros ribeirinhos foram, ainda, levados para dois Reassentamentos Rurais em áreas de terra firme, no município de Vitória do Xingu, onde também não encontraram condições para recompor seu modo de vida, como previsto no Plano Básico Ambiental (PBA) elaborado pela NESA (Marinho, 2019; Norte Energia, 2011).

Neste contexto espaço-temporal, os ribeirinhos, juntamente com movimentos e organizações sociais que atuavam na área da hidrelétrica Belo Monte, chamaram a atenção do Ministério Público Federal (MPF) para os termos em que se dava a remoção compulsória no beiradão do médio rio Xingu. Ao mesmo tempo, o Governo Federal e a NESA realizaram reuniões com os ribeirinhos, como parte dos chamados “diálogos ribeirinhos”. Nessas reuniões, os agentes envolvidos na construção da hidrelétrica apresentaram uma proposta de retorno ao rio Xingu, formulada por técnicos de empresas contratadas pela NESA. Mas os ribeirinhos não se identificaram com a proposta e continuaram denunciando a situação em que se encontravam.

A luta dos ribeirinhos chamou a atenção de movimento sociais, organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadores para violações de direitos na área atingida pela hidrelétrica. Com isso, em junho de 2015, o MPF realizou uma inspeção interinstitucional com a participação do IBAMA, assim como de pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade de Campinas (UNICAMP), além de ativistas do MXVPS e do Instituto Socioambiental (ISA). Tal inspeção, além de constatar diversos problemas no processo de remoção compulsória, foi importante para redimensionar as formas de tratamento dispensadas aos ribeirinhos, possibilitando o retorno de um primeiro grupo de famílias atingidas ao rio Xingu, em 2016 e 2017 (MPF, 2015).

Tal retorno deu-se pelas mãos da NESA, pressionada a oferecer essa forma de tratamento aos ribeirinhos em condicionante inscrita na Licença e Operação (L.O) de Belo Monte, em 2015. Mas as famílias que retornaram ao beiradão foram assentadas em pontos de ocupação (áreas com

500 metros de frente por 250 de fundo) limitados para uso, pois situados em área de Proteção Permanente do Reservatório (APP) do reservatório principal da hidrelétrica (Marinho, 2019).

Além das limitações em relação ao uso da terra, os ribeirinhos que retornaram para o beiradão do Xingu também não encontraram escolas para os filhos estudarem, pois no processo de desestruturação das comunidades para formação do reservatório principal de Belo Monte, as escolas ribeirinhas foram desativadas e demolidas. Diante desse quadro, inicia-se a luta pela criação de escolas ribeirinhas para atender as famílias que retornavam ao beiradão. Destaca-se nessa luta, o Conselho Ribeirinho, organização formada em 2016, por representantes das comunidades ribeirinhas atingidas pela hidrelétrica, cuja incidência institucional na arena do licenciamento tornou-se importante na defesa de direitos dos atingidos.

Neste trabalho, tematiza-se o processo de criação dessas escolas ribeirinhas no reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte. O objetivo é compreender a luta pela criação dessas escolas no contexto espaço-temporal de retorno dos ribeirinhos a frações do território de onde foram removidos compulsoriamente. Quais os desafios enfrentados nesse processo e qual a importância das escolas para a permanência dos ribeirinhos no reservatório da hidrelétrica Belo Monte, foram questões colocadas na investigação.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, na qual foi realizado estudo de material bibliográfico e documental, além de entrevistas e acompanhamento de reuniões envolvendo agentes públicos, empresa e representantes dos ribeirinhos. No levantamento de material bibliográfico, foram consultados livros, artigos e teses que tematizam os grupos ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte. A literatura que versa sobre a história e as lutas territoriais desses grupos sociais foi privilegiada (De Francesco, 2021; Magalhães; Cunha, 2017; Marinho, 2019, 2023).

No levantamento documental, foram consultados documentos emitidos pelo Conselho Ribeirinho (Conselho Ribeirinho, 2016, 2018); Relatório elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF, 2015), Memória de reunião e Projeto Básico Ambiental elaborados pela empresa NESÁ (Norte Energia, 2011, 2017), além de documento elaborado pelo Grupo de Acompanhamento Interinstitucional formado para auxiliar e subsidiar o Conselho Ribeirinho (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

Já as informações primárias foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas com servidor do IBAMA, membros do Conselho Ribeirinho e por meio do acompanhamento de

reuniões envolvendo agentes públicos, empresa e representação dos ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica. Tais informações aparecem no texto, sobretudo por meio de excertos de falas, cujos interlocutores são referidos pela identidade ou pela função laboral que desempenhavam, buscando preservar suas identidades.

2 O RETORNO DOS RIBEIRINHOS AO RESERVATÓRIO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Em decorrência de mobilizações sociais e da atuação da Procuradoria da República em Altamira, a NESA foi levada a promover o reassentamento de 121 famílias no reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu. Tal reassentamento se deu de forma aleatória, sem levar em consideração como princípio norteador os laços de parentesco e as antigas localidades onde os ribeirinhos se reproduziam. O reassentamento se deu em ilhas e Áreas de Preservação Permanente (APP) do reservatório principal da hidrelétrica (Figura 1).

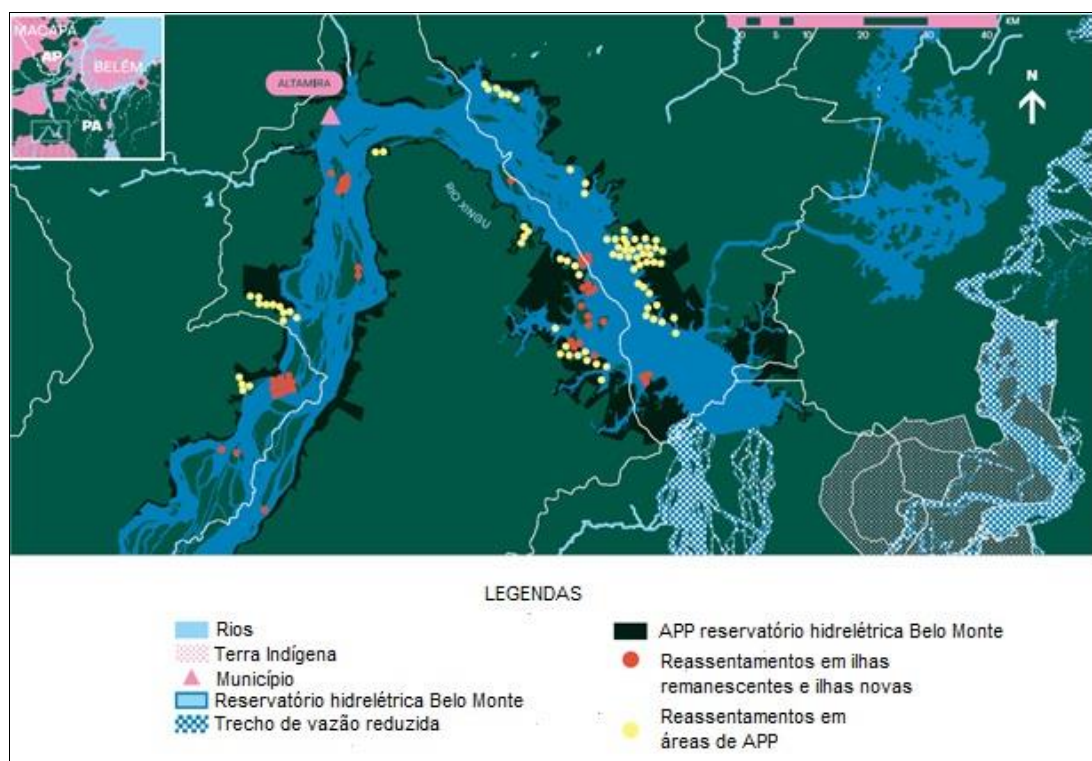


Figura 1 – Reassentamento de ribeirinhos no reservatório da hidrelétrica Belo Monte

Fonte: De Francesco, 2021. Adaptado pelos autores.

Os ribeirinhos foram assentados nas seguintes localidades: Furo da Trindade, Paratizão, Palhal, Arroz Cru, Cotovelo, Ilha do *Mansour*, Ilha do Pedrão, Ilha do Silvano, Bacabal e entrada do Costa Junior. Tal processo de reassentamento foi conduzido pela NESA e se iniciou após a mobilização dos grupos ribeirinhos e a atuação do MPF em Altamira, que forçou a empresa a realocar famílias atingidas no beiradão do Xingu (Marinho, 2019).

Acerca do processo de reassentamento das 121 famílias, um interlocutor vinculado ao IBAMA afirmou:

Esse processo surgiu de muita pressão sobre a Norte Energia para o IBAMA poder emitir a licença de operação. A nota técnica do Ibama que reconhece a dupla moradia e a necessidade de um tratamento para recompor o modo de vida ribeirinho, após a vistoria interinstitucional foram fundamentais para subsidiar a tomada de decisão do IBAMA. A forma de fazer também foi pressionada. Assim, alguns cuidados não foram estabelecidos. Um deles foi a verificação da territorialidade pelos atingidos... (Interlocutor A, 2021)⁵.

Em novembro de 2016, foi realizada uma Audiência Pública na cidade de Altamira (Figura 2), em decorrência de denúncias dos ribeirinhos e das inadequações na remoção compulsória identificadas na inspeção interinstitucional do MPF, em 2015 (MPF, 2015). Nessa Audiência foi denunciado que além das 121 famílias em processo de reassentamento, outras famílias ribeirinhas teriam ficado de fora dos cadastros socioeconômicos realizados pela NESA e, por conseguinte, não haviam sido indenizadas e nem faziam parte do reassentamento conduzido pela empresa. No final da audiência, organizações sociais e membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) recomendaram que fosse criado um Conselho de Ribeirinhos do Reservatório da hidrelétrica Belo Monte, com atribuição de promover identificação e reconhecimento sociais dos ribeirinhos atingidos e de representá-los na arena do licenciamento ambiental (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

Assim, o Conselho Ribeirinho forma-se como uma organização coletiva, estruturada de maneira horizontal e composta por vinte e oito membros (indígenas e camponeses, homens e mulheres) entre titulares e suplentes. Tais membros representavam as seguintes comunidades: Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego/Padeiro,

⁵ Interlocutor ligado ao IBAMA. Entrevista em 19 de setembro de 2021.

Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru. Todas as comunidades atingidas pela formação do reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte no médio Xingu (Conselho Ribeirinho, 2016).



Figura 2 - Audiência Pública em Altamira, novembro de 2016

Fonte: MXVPS, 2016.

No início de 2017, o Conselho Ribeirinho, auxiliado por um Grupo de Acompanhamento Interinstitucional de Apoio⁶ formado para subsidiá-lo, promoveu o reconhecimento social das famílias ribeirinhas moradoras da área onde se formou o reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte. Grande parte desse processo aconteceu na UFPA, Campus de Altamira, contando com o apoio do ISA, do MXVPS, com a presença do MPF, da Defensoria Pública da União (DPU), e de professoras do curso de Etnodesenvolvimento e pesquisadores independentes.

Após o reconhecimento social dos ribeirinhos, aconteceram diversas reuniões entre IBAMA, Conselho Ribeirinho e Grupo de Acompanhamento Interinstitucional. Uma das reuniões mais importantes foi a de apresentação da lista de reconhecimento social elaborada pelo Conselho, que aconteceu no Centro de Convenções e Cursos da cidade de Altamira, em 2017. Diante da legitimidade interinstitucional, designadamente do MPF, da DPU e do IBAMA, assim como do apoio de organizações como o MXVPS e o ISA, os conselheiros apresentaram o “Relatório do

⁶ Por ocasião da criação do Conselho Ribeirinho, também foi formado um Grupo de Acompanhamento Interinstitucional de apoio para acompanhar e subsidiar o conselho, quando demandado. Tal grupo, dependendo da demanda, envolve MPF, DPU, pesquisadores ligados a UFPA, a UNICAMP e, sobretudo, o MXVPS e o ISA.

processo de reconhecimento social”, indicando os ribeirinhos desapossados e esquecidos pela NESA.

Além do reconhecimento social, o Conselho Ribeirinho assumiu outras responsabilidades. Entre estas destacam-se uma organização do território que fosse suficiente para recompor o modo de vida dos grupos ribeirinhos no entorno do reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte e a luta, juntamente com as famílias reassentadas, pela criação de novas escolas e unidades básicas de saúde no entorno do reservatório.

O Conselho Ribeirinho, auxiliado sobretudo pelo MXPS e pelo ISA, conduziu um mapeamento ambiental de áreas ribeirinhas adjacentes ao reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte e apresentou os resultados em seminário técnico no dia 06 de fevereiro de 2018, na Universidade de Brasília (UNB). Estavam no seminário órgãos de Estado como DPU, INCRA, MPF, IBAMA, Superintendência do Patrimônio da União (SPU), além do MXVPS, ISA, SBPC e técnicos da NESA, entre antropólogos e advogados. Na oportunidade foram apresentadas as limitações identificadas no reassentamento das 121 famílias conduzido pela NESA, relacionadas a interdições de uso e à extensão da terra nos pontos de ocupação. Como opção o Conselheiro Ribeirinho, inspirado em apontamentos construídos em diálogos com pesquisadores da SBPC, propôs que o reassentamento fosse realizado em três áreas com ambientes mais diversificados e extensos, denominadas de Territórios Ribeirinhos.

O Conselho também passou a ouvir os ribeirinhos e a construir uma proposta de retorno ao beiradão do Xingu de modo que os reassentados ficassem próximos a seus antigos locais de pertencimento e pesca. Em abril de 2018, conduziu um zoneamento ambiental dos Territórios Ribeirinhos, objetivando indicar áreas mais adequadas ao reassentamento contendo igapós, berçários de peixes, áreas de preservação, áreas agricultáveis e áreas para o extrativismo. Na oportunidade, os conselheiros mais uma vez apontaram as limitações nos pontos de ocupação disponibilizados pela NESA, descartando pontos inadequados à reprodução social dos ribeirinhos.

Dentre as limitações encontradas pelas famílias ribeirinhas já reassentadas nos pontos de ocupação, destacava-se a necessidade de escolas ribeirinhas. Afinal, desde 2010, no âmbito do processo de construção da hidrelétrica Belo Monte, as escolas que atendiam os alunos da área ribeirinha foram sendo desativadas e, subsequentemente, demolidas.

Conforme Parente e Lopes (2017), existiam nove escolas que atendiam às comunidades situadas na área atingida pelo reservatório principal da hidrelétrica. Entre essas escolas quatro eram

vinculadas à prefeitura municipal de Altamira e cinco eram geridas pela prefeitura de Vitória do Xingu, conforme indicado a seguir (Quadro 1). Tais escolas, que atendiam aos alunos de diferentes localidades simplesmente deixaram de existir em decorrência de construção da hidrelétrica Belo Monte.

Quadro 1 - Escolas frequentadas pelos ribeirinhos antes da hidrelétrica Belo Monte

Comunidade (Setor)	Nome da Escola (identificação dos ribeirinhos)	Município	Localidade	Ano de desativação
Costa Júnior	Escola Ilha dos Espanhóis	Altamira	Ilha dos Espanhóis	2012
Gorgulho da Rita (Poção do Maciel)	Escola Joelina Pedrosa	Altamira	Ilha Comprida, margem esquerda, em frente ao Travessão dos Cajás	2012
Paratizão	Escola São José/Escola Jardim do Éden	Vitória do Xingu	Travessão 18 km Agrovila	1992/2010, respectivamente
Paratizão	Escola Raimundo Pantoja de Oliveira	Vitória do Xingu	Região do Durico	2013
Paratizão	Escola Francisco Pessoa	Vitória do Xingu	Terra do Claudio	2013
Arroz Cru	Escola São Lázaro do Rio	Vitória do Xingu	Comunidade São Lázaro	2013
Arroz Cru	Escola Santa Luzia do Rio	Vitória do Xingu	Comunidade Santa Luzia	2010
Palhal	Escola São Luís/ Escola São Pedro	Altamira	Lote de Domingos/ Lote de Pedro	2010
Paratizinho	Escola no Centro	Altamira	Travessão do Centro	Não sabem informar

Fonte: Parente; Lopes, 2017.

Em reunião realizada em junho de 2018, no MPF em Altamira, envolvendo Conselho Ribeirinho, Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED-Altamira), NESA, MXVPS e ISA, houve debate em torno da demolição de tais escolas. Um participante vinculado ao setor jurídico da prefeitura de Altamira afirmou que não teria havido diálogo entre empresa e prefeitura sobre esse ponto. Outra participante vinculada à SEMED-Altamira afirmou que, “quando a gente soube na secretaria, as escolas já tinham sido demolidas”. E uma representante da NESA afirmou que todos sabiam que tiveram problemas, mas não estavam ali para discutir o passado, o objetivo era a resolução de questões pendentes.

A partir do debate estabelecido nessa reunião de junho de 2018, vislumbra-se que a questão do acesso à escola para os ribeirinhos atingido pela hidrelétrica Belo Monte ficou em segundo plano, no processo de construção da hidrelétrica. Nem a empresa e nem a prefeitura de Altamira, que é responsável pela gestão e manutenção dos estabelecimentos escolares, parecem ter dispensado à devida atenção à questão do acesso à educação aos grupos sociais atingidos no beiradão do rio Xingu. Ao que parece as escolas que atendiam esses grupos foram demolidas como uma estrutura física qualquer e a prefeitura, de maneira paradoxal, encontrando-se distante desse processo.

Assim, como não havia nenhum plano de reassentamento previsto para o entorno do reservatório principal da hidrelétrica, as escolas situadas nessa área foram demolidas, afinal, não teriam alunos. Mas, contraditoriamente, as lutas sociais dos ribeirinhos provocaram uma inflexão no projeto hidrelétrico originalmente proposto para o médio rio Xingu, tornando possível a reocupação dessa área por ribeirinhos que tinham sido expulsos de suas comunidades (De Francesco, 2021; Marinho, 2019).

É como parte da luta pelo retorno a frações do território cercado para instalação da hidrelétrica Belo Monte que emerge a luta por escolas ribeirinhas. Nessa perspectiva, a luta por tais escolas é parte de uma luta mais ampla que visa à conquista de frações do território (os territórios ribeirinhos) nas quais as famílias reassentadas possam se reterritorializar, reconstruindo novo território de vida agora em face de um tempo-espaço marcado pela presença de uma grande hidrelétrica.

3 CONQUISTA, CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS

Em março de 2017, o Conselho Ribeirinho iniciou uma série de reuniões com representantes da NESA e das Secretarias Municipais de Educação (SEMED) de Altamira e de Vitória do Xingu. Na primeira reunião, realizada em agosto de 2017, além do Conselho Ribeirinho participaram o MPF, a SEMED-Altamira, o MXVPS e o ISA. Na ocasião discutiram-se estratégias para a recriação de escolas ribeirinhas visando a atender as comunidades que demandavam direito à educação em suas áreas. Inicialmente ficou definido que seria necessário a construção de seis

escolas. Mas após outras reuniões firmou-se um acordo no qual se previa a recriação provisória de uma escola no município de Vitória do Xingu e duas escolas no município de Altamira.

Foi definido que em Vitória do Xingu a escola seria construída na comunidade ribeirinha Paratizão e ficaria sob responsabilidade da SEMED de Vitória do Xingu e dos conselheiros da localidade. Na área do reservatório em Altamira, por sua vez, uma escola seria construída na comunidade Palhal e outra na comunidade Pedrão. Também ficou firmado que após vistoria na ilha do Arapujá, localidade do reservatório próxima à cidade de Altamira, caso existisse demanda, outra escola poderia ser construída.

Ainda em 2017, a Escola São Lázaro do Rio foi construída na comunidade ribeirinha Paratizão. Não obstante o avanço do diálogo com a prefeitura de Vitória do Xingu, a conquista dessa escola não transcorreu sem dificuldades. Em memória de reunião ocorrida em março de 2017, que tratou do acesso de crianças reassentadas no reservatório à educação, consta que um advogado da NESA perguntou se as famílias não tinham laços na cidade em função da dupla moradia⁷ e se elas não poderiam estudar na cidade. Outro funcionário da empresa ressaltou que a prefeitura de Vitória do Xingu estava recompondo duas escolas ribeirinhas através da construção de uma escola na agrovila Leonardo da Vinci, às margens da rodovia Transamazônica. Tais intervenções indicam que a empresa não estava interessada em contribuir de imediato com a construção das escolas ribeirinhas (Norte Energia, 2017).

O Conselho ribeirinho e o Grupo de Acompanhamento Interinstitucional de apoio insistiram na necessidade de recriação das escolas ribeirinhas. Um conselheiro que representava a comunidade Paratizão argumentou que existiam famílias que moravam apenas na comunidade e que os filhos não tinham condições e nem queriam ir para a cidade. Até porque antes da hidrelétrica tais alunos moravam e estudavam na roça (Norte Energia, 2017).

Após debates como esses, finalmente definiram-se as condições para a recriação das escolas ribeirinhas. Para as edificações, a NESA se comprometeu em fornecer madeira, ferragens, esquadrias, material hidráulico e mobília (Kit construção), assim como cestas básicas para os ribeirinhos. Estes, por sua vez, ficaram responsáveis pela construção das edificações escolares.

⁷ Dupla moradia foi o termo usado para nomear a situação em que o ribeirinho, além da morada no campo, também possuía casa na cidade de Altamira, usada como referência quando vinha à cidade comercializar a produção ou em busca de algum serviço urbano.

Assim, a Escola São Lázaro do Rio foi erguida na comunidade Paratizão, como se observa na Figura 3.



Figura 3 - Escola São Lázaro do Rio na Comunidade Paratizão, Vitória do Xingu (PA)
Fonte: Conselho Ribeirinho, 2018.

Por sua vez, as escolas previstas para o perímetro do reservatório situado no município de Altamira tiveram atraso na implantação. Apesar de o levantamento do número de alunos nas comunidades Palhal e Pedrão ter sido realizado ainda em 2017, somente a partir de 2018, depois da insistência do Conselho Ribeirinho, os diálogos começaram a avançar com a SEMED de Altamira (Conselho Ribeirinho, 2018).

Nesse contexto, os pais dos alunos diante da necessidade de escolas para os filhos também se disponibilizaram a trabalhar nas edificações escolares caso a NESA fornecesse materiais tal como havia ocorrido na comunidade Paratizão. Mas a empresa tratou a proposta com morosidade de modo que somente em abril de 2018, os materiais para a construção das escolas começaram a ser disponibilizados. Com isso, as edificações ficaram prontas apenas em meados de junho de 2018 (Figura 4), atrasando toda a organização da comunidade.

Com as escolas construídas, as famílias ribeirinhas tiveram um curto prazo de matrícula disponível, tendo em vista o período de inserção dos alunos no censo escolar do município. Com isso, tiveram famílias que não conseguiram matricular seus filhos. Com isso, a SEMED-Altamira alegou que não havia alunos suficientes para abertura de novas turmas e as escolas ribeirinhas não funcionariam em 2018, gerando críticas do Conselho Ribeirinho.

Diante de tal quadro, em agosto de 2018, o Conselho Ribeirinho encaminhou ofício ao Ministério Público Estadual (MPE), cobrando o funcionamento das escolas ribeirinhas na ilha do

Pedirão e no Palhal. Com a mediação MXVPS, o MPE também recebeu uma comissão de ribeirinhos que relatou o trabalho das comunidades na construção das escolas e o atraso no início das aulas. Somente em 2019, as duas escolas ribeirinhas previstas para o trecho do reservatório em Altamira começaram a funcionar.



Figura 4 - Construção da escola na localidade Palhal, Altamira (PA)

Fonte: Conselho Ribeirinho, 2018.

Assim, três escolas municipais (Figura 5) passaram a funcionar provisoriamente no reservatório da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu: as escolas do Palhal e do Pedirão no município de Altamira, e escola São Lazaro do Rio na comunidade do Paratizão, em Vitória do Xingu. Nas escolas vinculadas à SEMED-Altamira, a formação ofertada vai do 1º ao 5º ano, já na escola do Paratizão, em Vitória do Xingu, o ensino vai do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

Em decorrência da luta coletiva do Conselho de Ribeirinho foram conquistadas para as três escolas Placas solares que possibilitam o funcionamento de equipamentos elétricos e escavação de poços, assim como a mobília básica para a efetivação das aulas. A manutenção das escolas ribeirinhas ficou sob responsabilidade de seus respectivos municípios. Em Vitória do Xingu já se encontra em discussão um projeto que visa assegurar funcionamento definitivo da Escola São Lazaro do Rio. Em Altamira, outro projeto que visa a construção de duas escolas definitivas no território 2, e outras duas escolas no território 3.

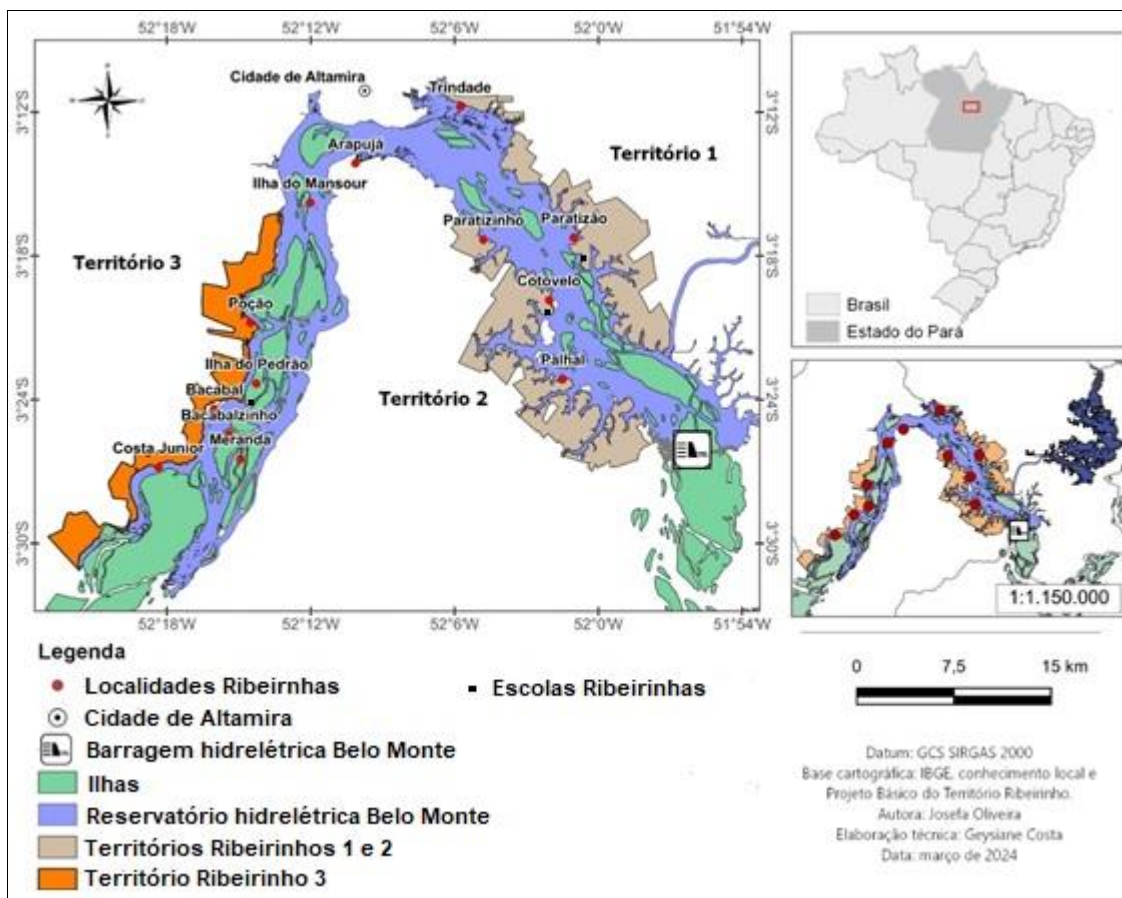


Figura 5 – Localização das escolas ribeirinhas no reservatório da hidrelétrica Belo Monte

Fonte: Elaborado por Geysiane Costa, 2024. Adaptado pelos autores.

4 A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS NA RETERRITORIALIZAÇÃO DOS RIBEIRINHOS

O processo de retorno de famílias ribeirinhas ao beiradão do rio Xingu é uma importante conquista depois de serem removidas compulsoriamente de suas comunidades em decorrência da construção da hidrelétrica Belo Monte. Mas o processo de produção e reprodução social ao longo do reservatório dessa hidrelétrica demanda a formulação e implementação de políticas públicas visando assegurar a permanência das famílias reassentadas. A luta dos ribeirinhos pela recriação de escolas decorre da inércia das prefeituras em atender esse direito suprimido no quadro de um projeto capitalista que previa desenvolvimento e compromisso com a recomposição do modo de vida dos grupos sociais atingidos.

Como afirmam Parente e Lopes (2017, p. 414),

Pensar a escola com os ribeirinhos do Xingu que estão passando pelo processo de deslocamento forçado e lutando pela reterritorialização implica, dentre outras coisas, refletir a escola enquanto parte importante para a recomposição do modo de vida, porque “as crianças precisam de escola”, segundo nos informou Turu, um dos ribeirinhos em momentos de diálogo com as pesquisadoras.

Nesse sentido,

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses; porque a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do Campo, e pode ter um papel importante na disputa de hegemonia de projeto de campo, de sociedade e de formação humana. (Caldart, 2004, p. 10).

No caso específico dos ribeirinhos do médio Xingu a luta por escolas, além do direito à educação, envolve também uma dimensão de pertencimento territorial. Tal pertencimento impulsiona tais sujeitos a se mobilizarem pelo retorno a frações de territórios e a lutarem por direitos que lhes permitam estar e recomeçar a vida no beiradão.

Nesse sentido, assinala um ribeirinho que faz parte do Conselho Ribeirinho:

A escola para a comunidade é uma coisa muito importante, porque antes de Belo Monte, nós tínhamos escola, tínhamos postinho de saúde. Agora com o retorno os alunos vão continuar aprendendo, tendo ensino de qualidade, não vai precisar mudar para estudar em outras comunidades. E os pais ficam mais tranquilo porque seus filhos estão estudando pertinho de casa, não precisa de que os pais estejam aqui no beiradão e seus filhos lá na rua [cidade] estudando, aquela confusão toda. Por isso é muito importante o colégio na comunidade, com esse retorno para o beiradão. Tudo fica mais fácil para os alunos e para pais também (Interlocutor D, 2021)⁸.

As escolas ribeirinhas, assim, constituem importante elemento no processo de reterritorialização das famílias atingidas pela hidrelétrica Belo Monte. Até porque “há uma unidade de fatores econômicos, políticos e culturais tanto na desterritorialização como reterritorialização,

⁸ Conselheiro membro do Conselho Ribeirinho. Entrevista em 26 de setembro de 2021.

sendo que em ambas as situações, os sujeitos estão no território, são o território e produzem-no” (Saquet, 2007, p. 165). Para esse autor, “as relações cotidianas, de ajuda mútua, organização política e religiosa, entre outras, substantivam uma certa unidade, definida lentamente como mediação na geração de *novo* lugar de vida” (Saquet, 2007, p. 165).

Nessa perspectiva, diante da dinâmica desterritorializadora desencadeada por um grande projeto capitalista a luta dos grupos ribeirinhos do médio rio Xingu por escolas representa a busca por condições que possibilitem sua reterritorialização, a produção de um novo lugar de vida, no reservatório de Belo Monte. Luta que encontra respaldo, aliás, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde se assegura a criança e ao adolescente no Art. 53, além do direito à educação, o direito ao acesso à escola pública e gratuita, às proximidades de sua residência (Brasil, 1990).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se esboçou nesse trabalho, a conquista de escolas no reservatório da hidrelétrica Belo Monte, no médio rio Xingu, representa um passo importante no processo de reterritorialização protagonizado por ribeirinhos atingidos por essa hidrelétrica. A organização social em torno de um conselho formado por representantes das comunidades ribeirinhas representou um passo fundamental na luta pelo retorno ao beiradão, na qual a conquista de escolas surgiu como condição importante para a reterritorialização dos atingidos. Na luta pelo direito à educação nas comunidades o Conselho Ribeirinho, contando com apoio de um Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, encontrou resistências tanto de parte das SEMEDs, quanto da NESAs. De modo que somente em 2019, após três anos de luta permanente, três escolas ribeirinhas foram construídas e passaram a funcionar provisoriamente em comunidades situadas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu.

A luta para assegurar o direito ao ensino para os ribeirinhos reassentados no reservatório principal da hidrelétrica Belo Monte continua. Em 2023, o Conselho Ribeirinho e o Grupo de Acompanhamento Interinstitucional que o subsidia participaram de reuniões com a NESAs e as SEMEDs nas comunidades em que as escolas ribeirinhas funcionam provisoriamente. Nessas reuniões, foi pauta a necessidade de que as escolas funcionem de forma permanente e que novas

edificações sejam construídas devido à deterioração das estruturas em madeira existentes. A localização das escolas em áreas cujo acesso seja possível o ano todo, dificuldades de navegação na época de estiagem e a necessidade de mais uma escola na comunidade Paratizão também foram questões debatidas nas reuniões. Com isso, novos desafios relativamente às condições de ensino surgem para os sujeitos que atuam com as comunidades ribeirinhas atingidas pela hidrelétrica Belo Monte, demandando, por sua vez, outras investigações particularmente no que concerne ao papel das prefeituras e da empresa NESA em tal processo.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 20 set. 2023.

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3644-Texto%20do%20Artigo-11704-1-10-20180523.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CONSELHO RIBEIRINHO. **Ato de criação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte**. Altamira - PA, 02 dez. 2016.

CONSELHO RIBEIRINHO. **Ofício S/n – Conselho Ribeirinho**. Altamira - PA, 03 ago. 2018.

DE FRANCESCO, A. **Terror e resistência no Xingu**. São Paulo: ISA, 2021. 270 p.

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL. Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social**. Altamira, 2017. 115 p. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>. Acesso em: 05 set. 2023.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte:** relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p.

MARINHO, J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte.** 2019. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da FFLCH/USP, São Paulo, 2019.

MARINHO, J. A. M. Indígenas, camponeses e lutas por terra/território na área da hidrelétrica Belo Monte (PA). **Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 01, p.300-317, 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. **Relatório de inspeção interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte.** Altamira - PA, 2015. 125 p. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2015/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf/view. Acesso em: 01 jun. 2023.

NORTE ENERGIA S/A - NESA. **Memória de reunião.** Altamira - PA, 04 abr. 2017.

NORTE ENERGIA S/A - NESA. **Projeto Básico Ambiental.** Volume II. Plano de Atendimento à População Atingida. Brasília - DF, 2011.

PARENTE, F. A.; LOPES, R. Recomendações para a educação escolar dos ribeirinhos: entre o rio e a rua. In. MAGALHÃES, S. B; CUNHA, M. C. (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte.** 1ed. São Paulo: SBPCFR, 2017, p. 409-431.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 164 p.

Data de recebimento: 10 de outubro de 2023.

Data de aceite: 08 de maio de 2024.